

TEKNO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ 33.467.572/0001-34

**Proposta da Administração e Manual de Participação
para Assembleia Geral Ordinária
a ser realizada em 29 de abril de 2026**

ÍNDICE

	Página
I – Informações sobre a ordem do dia	03
II – Proposta da administração	03
III – Manual de participação	04
IV - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da companhia (item 02 do formulário de referência)	05
V - Relatório dos auditores independentes	19
VI - Parecer do Conselho Fiscal	23
VII – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (Anexo A da Resolução CVM 81/22)	24
VIII – Remuneração dos administradores (item 08 do formulário de referência)	30
IX – Eleição do Conselho de Administração (itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência)	42

I – Informações sobre a ordem do dia

Todas as informações e documentos previstos na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81 de 29 de março de 2022 (“RCVM 81”) relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada às 10h30, horário de Brasília, do dia 29 de abril de 2026, de modo exclusivamente virtual, com participação por meio do sistema eletrônico ZOOM (“Assembleia”), assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas estão disponíveis aos acionistas na sede e no website de relações com investidores da Companhia (www.teknokroma.com.br), no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

Conforme Edital de Convocação publicado na forma da Lei nº 6.404/76, a Assembleia irá deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Tomada das contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025;
- b) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025;
- c) Destinação do lucro do exercício findo em 31/12/2025;
- d) Eleição do Conselho de Administração;
- e) Fixação da remuneração global anual dos administradores para o ano de 2026.

II – Proposta da Administração

A Proposta da Administração a ser submetida à Assembleia consiste em:

- a) Tomar as contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025;
- b) Aprovar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes, dando a seguinte destinação ao lucro apurado no exercício:
 - b.1) Distribuir aos Administradores, a título de participação nos lucros do exercício, a importância de **R\$48.889,07** (Quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sete centavos), nos termos do Art. 20 do Estatuto Social e dentro dos limites fixados em Lei;
 - b.2) Destinar a importância de **R\$1.508.554,27** (Um milhão, quinhentos e oito mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e sete centavos), para ser incorporada à Reserva Legal nos termos do Parágrafo 2º, do Art. 33 do Estatuto Social;
 - b.3) Imputar ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a R\$7.165.632,68, já integralmente satisfeito pelas distribuições realizadas no

curso do exercício, consistentes nos valores abaixo, não havendo, portanto, dividendos adicionais a declarar:

i) os dividendos intermediários no valor de **R\$11.558.150,29** (Onze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e cinquenta reais e vinte e nove centavos), deliberados na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de outubro de 2025; e

ii) os juros sobre o capital próprio no valor de **R\$4.720.343,95** (Quatro milhões, setecentos e vinte mil, trezentos e quarenta e três reais e nove e cinco centavos) declarados pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2025 e pagos em 05 e 28 de novembro de 2025. Do referido valor foi retido o imposto de renda incidente;

b.4) Destinar a importância de **R\$12.384.036,87** (Doze milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, trinta e seis reais e oitenta e sete centavos) provenientes dos lucros remanescentes do exercício, à Reserva Estatutária, de acordo com o previsto no parágrafo 4º, do artigo 33 do referido Estatuto;

c) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, para mandato unificado de 3 anos.

d) Fixar, para remuneração anual global dos Administradores da Companhia, para o exercício de 2026, no montante de até **R\$1.107.000,00 (Um milhão e cento e sete mil reais)**, a ser distribuída entre os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria, incluído não apenas a remuneração mensal, como também remuneração variável, bônus, benefícios e outras condições acordadas para o exercício de suas respectivas funções. Neste montante não estão inclusos os encargos sociais;

III – Manual de Participação

1. Participação via Plataforma Digital. De acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76 e em observância ao artigo 28, §§ 2 e 3 da RCVM 81, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim de Voto à Distância que pode ser acessado nos websites mencionados no item I acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, mesmo que o Acionista já tenha enviado o Boletim de Voto à Distância, poderá, caso queira, votar na Assembleia, hipótese em que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas.
2. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail ri@tekno.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 27 de abril de 2026, os seguintes documentos: (i) pessoas físicas: documento válido de identidade com foto e

número do CPF; (ii) pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, CNPJ e documento de identidade com foto do representante legal; (iii) pessoas físicas e jurídicas: comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia; (iv) instrumento de mandato, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado dos documentos indicados no item “(ii)”, caso o Acionista seja pessoa jurídica; e/ou (v) relativamente aos Acionistas participantes da custódia de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente, demonstrando a titularidade das ações em até 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima.

3. Os acionistas que atenderem os requisitos para a participação da Assembleia receberão da Companhia, por e-mail, um link de acesso da Plataforma Digital, até 24hs antes do Assembleia.
4. O percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), de acordo com o artigo 3º da RCVM nº 70, devendo ser referido procedimento requisitado em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.
5. O Conselho Fiscal será instalado pela AGO a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, nos termos do artigo 4º da RCVM 70.

IV – Comentários dos diretores sobre a situação financeira da companhia (Item 2 do formulário de referência)

2.01) Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais para cumprir todas as suas obrigações de curto e longo prazo.

• **Índices de liquidez**

	Consolidado		Consolidado
	31/12/2025		31/12/2025
Ativo circulante + RLP	189.106	Ativo circulante - estoque	100.379
Passivo	63.828	Passivo circulante	48.907
Liquidez Geral	2,96	Liquidez Seca	2,05
	Consolidado		Consolidado
	31/12/2025		31/12/2025
Ativo circulante	185.103	Caixa e equivalentes de caixa	37.365
Passivo circulante	48.907	Passivo circulante	48.907
Liquidez Corrente	3,78	Liquidez Imediata	0,76

Os Índices acima demonstram que a Companhia não possui, no momento, deficiências de liquidez, mantendo plena capacidade de honrar seus compromissos.

Em 31 de dezembro de 2025, para cada 1,00 real de passivo circulante, a Companhia possuía 3,78 reais em ativo circulante, sendo que 0,76 reais estão disponíveis em caixa e equivalentes de caixa.

• **Índices de rentabilidade**

	Consolidado
	2025
Lucro líquido do exercício	30.018
Receita operacional líquida	296.980
% de Margem Líquida	10,11%
	Consolidado
	2025
Lucro líquido do exercício	30.018
Patrimônio Líquido	289.247
% de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	10,38%

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou um Lucro líquido consolidado de R\$ 30.018 mil, que representa 10,11% de rentabilidade sobre a receita líquida e 10,38% sobre o patrimônio líquido dos acionistas.

b) Estrutura de capital

- Estrutura de capital

	Consolidado
	31/12/2025
Passivo	63.828
Patrimônio Líquido	289.247
	353.075
% de Capital de terceiros	18%
% de Capital próprio	82%

Consideramos como capital de terceiros, os valores do passivo total (passivo circulante + passivo não circulante) e como capital próprio os valores do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro 2025, o capital empregado nas operações da empresa era composto por 18% de capital de terceiros e 82% de capital próprio.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme demonstrado pelos índices de Liquidez, apresentados no item 2.01.a, a Companhia possui capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as fontes de financiamento utilizadas pela companhia foram, especialmente, a geração de caixa da Companhia e o financiamento Bradesco FINAME BNDES, financiamento adquirido pela Companhia para aquisição de máquinas e equipamentos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente, a Companhia não tem deficiências de liquidez. Entretanto, a mesma poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos, tais como empréstimos e financiamentos, se julgar que as condições são favoráveis para gerar valor aos seus acionistas.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía os seguintes contratos de financiamentos e arrendamentos:

Banco ou Instituição Financeira	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	Consolidado	
				Circulante	Não circulante
				31/12/2025	31/12/2025
Bradesco - FINAME BNDES (i)	Real	6,49% a.a.	Junho/2026	368	-
Passivo de arrendamento (ii)	Real	12% a.a.	Outubro/2028	726	899
				1.094	899

- (i) Financiamento FINAME adquirido pela Companhia para aquisição de máquinas e equipamentos, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.
- (ii) Contratos de arrendamento de veículos utilizados em suas operações, com prazos que variam entre 1 e 3 anos, para os quais foram reconhecidos os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento.

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo com instituições financeiras foram mencionadas no item anterior.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. Os contratos de Empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2025 estão garantidos pelos próprios bens objeto do financiamento.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2025, não existem cláusulas restritivas (*covenants*) impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

• Demonstrações de resultado – Consolidado

Comparação dos resultados referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	Consolidado				
	2025	Análise Vertical	2024	Análise Vertical	Variação 2025/2024
Receita operacional líquida	296.981	100%	301.033	100%	-1%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(233.839)	-79%	(216.746)	-72%	8%
Resultado bruto	63.142	21%	84.287	28%	-25%
Despesas operacionais	(36.174)	-12%	(32.632)	-11%	11%
Resultado de equivalência patrimonial	5.171	2%	4.514	1%	15%
Resultado antes do resultado financeiro	32.139	11%	56.169	18,66%	-43%
Resultado financeiro	8.057	3%	7.568	3%	6%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	40.196	14%	63.737	21,17%	-37%
Imposto de renda e contribuição social	(10.178)	-3%	(13.283)	-4%	-23%
Resultado líquido do exercício de operações continuadas	30.018	10,11%	50.454	17%	-41%
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	-	0%	(43)	0%	-100%
Resultado líquido do exercício	30.018	10%	50.411	17%	-40%

Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida consolidada apresentou redução de 1% no exercício de 2025, comparada com o exercício anterior, em decorrência da queda de desempenho no segmento de industrialização para terceiros.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O aumento no Custo dos produtos vendidos e serviços prestados consolidados de 8% no exercício de 2025, se comparado ao exercício anterior, foi decorrente, principalmente, do maior gasto i) com matérias-primas, ii) com gás natural e energia elétrica (em decorrência de maiores tarifas), e iii) com mão-de-obra, devido ao dissídio anual e maior de quadro de colaboradores.

Despesas operacionais

As Despesas operacionais consolidadas apresentaram aumento de 11% no exercício de 2025, se comparadas com o ano anterior, impactadas pelo maior gasto com serviços prestados por terceiros e com material de consumo.

Resultado de equivalência patrimonial

O aumento apresentado no Resultado de equivalência patrimonial consolidado no exercício de 2025, se comparado com o ano anterior, é decorrente do melhor resultado apresentado no período pela controlada em conjunto WOLVERINE/TEKNO.

Resultado financeiro

O aumento apresentado no Resultado financeiro consolidado de 6% no exercício de 2025, se comparado com o ano anterior, é decorrente do maior rendimento das aplicações financeiras, em virtude do aumento na taxa básica de juros.

Imposto de renda e contribuição social

A redução apresentada na rubrica de imposto de renda e contribuição social de 23% no exercício de 2025, se comparado com o ano anterior, é devido ao menor lucro tributável do exercício.

Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas

O Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas refere-se aos seguimentos de Móveis e Construção civil, descontinuados respectivamente em 2020 e 2022.

- **Fluxo de Caixa – Consolidado**

Análise comparativa entre os fluxos de caixa consolidados referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Consolidado		
	2025	2024	Varição 2025/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	40.196	63.694	-37%
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial	(5.171)	(4.514)	15%
Demais ajustes	10.407	7.491	39%
	45.432	66.671	-32%
Variações nos ativos e passivos	(7.199)	5.626	-228%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.720)	(10.973)	-21%
Pagamento de juros sobre financiamentos	(202)	(126)	60%
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	29.311	61.198	-52%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(7.422)	(7.157)	4%
Demais atividades de investimento	49	191	-74%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(7.373)	(6.966)	6%
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(74.640)	(11.090)	573%
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.423)	(1.399)	2%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(76.063)	(12.489)	509%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(54.125)	41.743	-230%
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	91.490	49.747	84%
No fim do exercício	37.365	91.490	-59%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(54.125)	41.743	-230%

Fluxos de caixa das atividades operacionais.

No exercício de 2025, o caixa gerado nas atividades operacionais consolidadas, no montante de R\$ 29.311 mil, foi 52% menor que apresentado no exercício de 2024, decorrente, principalmente, do resultado apurado no exercício.

Fluxos de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento do exercício de 2025, foi de R\$ 7.373 (R\$ 6.966 em 2024) em decorrência, principalmente, dos investimentos realizados pela Companhia em ativos imobilizados de suas linhas de pintura.

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

A Companhia registrou um aumento 509% no fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento, comparando-se os exercícios de 2025 e 2024, em virtude, principalmente, dos juros sobre o capital próprio e dividendos pagos no exercício.

2.02) Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é proveniente essencialmente de dois seguimentos operacionais: Indústrias em geral (vendas) e Industrialização para terceiros.

No exercício de 2025, a Companhia apresentou R\$ 296.980 mil de receita líquida consolidada, distribuídas conforme quadro a seguir:

		Receita líquida (Consolidada)	
		2025	
Segmento		R\$ mil	%
Indústrias em Geral (Vendas)	Venda de bobinas e chapas pré-pintadas	166.618	56%
	Exportação de bobinas e chapas pré-pintadas	6.945	2%
Industrialização para Terceiros	Serviço de pintura em bobinas de aço	71.595	24%
	Serviço de pintura em bobinas de alumínio	51.823	17%
		296.981	100%

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia no exercício de 2025 foram afetados, principalmente, pela queda de desempenho do segmento industrialização para terceiros.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não houve variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O aço pré-pintado produzido pela Tekno têm sofrido forte concorrência dos produtos importados, principalmente da Ásia.

2.03) Os diretores devem comentar:**a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Os Diretores da Companhia informam que as informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), identificadas como Controladora e Consolidado, não houve mudanças com efeitos significativos no exercício de 2025.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não possui opiniões modificadas e ênfases.

2.04) Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia no exercício de 2025.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação da participação societária no exercício de 2025.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia no exercício de 2025.

2.05) Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**a) Informar o valor das medições não contábeis**

Lucro antes de juros e imposto de renda (EBIT) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi de R\$ 32.139 [mil] e R\$ 56.159 [mil], respectivamente.

Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi de R\$ 40.765 [mil] e R\$ 63.495 [mil].

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	Consolidado	
	2025	2024
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	40.196	63.737
Despesas financeiras	1.001	638
Receitas financeiras	(9.058)	(8.206)
EBIT	32.139	56.169
Depreciação e Amortização	8.626	7.326
EBITDA	40.765	63.495

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA e EBIT como indicadores financeiros, pois acredita que estes indicadores são uma medida prática do cálculo do desempenho operacional da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, além de itens não recorrentes e demais impactos que não alteram o seu fluxo de caixa. Adicionalmente, esses índices permitem uma comparação com outras companhias do mesmo segmento de atuação ainda que estas possam calcular tal indicador de forma distinta.

Cabe ressaltar que esses índices são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados, pois não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas normas contábeis internacionais (IFRS), e está apresentado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"). Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

2.06) Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia não identificou nenhum evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social.

2.07) Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

	2025
a. regras sobre retenção de lucros	A Companhia adota como procedimento contábil a realização da depreciação do custo atribuído (deemed cost) registrado no resultado do exercício, transferindo todo seu montante para a conta de lucros acumulados, anulando o efeito incorrido no lucro líquido do exercício. A Companhia adota ainda como política a inclusão da realização da depreciação do custo atribuído (deemed cost) à base de cálculo da reserva legal. Portanto, a reserva legal é calculada em 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido da realização da depreciação do custo atribuído (deemed cost), que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações. - Retenção de Lucros É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, quando o caso, principalmente em máquinas e equipamentos e sistemas de computação, dentro da política financeira da Empresa de operar preferencialmente com recursos próprios, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações. - Reserva estatutária Após a deliberação acerca dos dividendos obrigatórios, a Assembleia Geral poderá destinar até 100% (cem por cento) do lucro líquido remanescente do exercício à Reserva Estatutária, que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia e terá por finalidade a preservação da sua liquidez, de modo que a Companhia possa suportar as necessidades de investimento próprio e em suas respectivas sociedades coligadas, com o intuito de fortalecer e desenvolver os seus negócios e, ainda, manter o seu capital de giro.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou todo o lucro líquido com base na proposta de administração aprovado por sua assembleia geral, sendo (i) R\$1.508.554,27, destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das S.A.; (ii) R\$11.558.150,29, a título de dividendos intermediários; (iii) R\$4.720.343,95, a título de juros sobre o capital próprios, sendo que do referido valor foi retido o imposto de renda incidente; e (iv) R\$12.384.036,87 à Reserva Estatutária de Lucros.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das S.A.; (ii) 56,78% do lucro líquido ajustado após destinação à reserva legal, na forma de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio; e (iii) 43,20% à Reserva Estatutária de Lucros.
b. regras sobre distribuição de dividendos	A parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório mínimo, que não poderá ser inferior em cada exercício a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, depois das deduções e adições previstas no item “a”, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A política de destinação de resultados segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões	Salvo pelo disposto na Lei das S.A. e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

	2025
judiciais, administrativas ou arbitrais	
e. política de destinação de resultados	A Companhia não possui política de destinação de resultados.

2.08) Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Item não aplicável, considerando que não existiam, em 31 de dezembro de 2025, carteiras de recebíveis baixadas com riscos futuros.

II. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Item não aplicável, considerando que não existiam, em 31 de dezembro de 2025, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

III. Contratos de construção não terminada

Item não aplicável, considerando que não existiam, em 31 de dezembro de 2025, contratos de construção.

IV. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Item não aplicável, considerando que não existiam, em 31 de dezembro de 2025, contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025 não apresentou ativos e passivos conhecidos que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras e notas explicativas.

2.09) Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b) natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10) Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**a) Investimentos, incluindo:****I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

- **Linhas de pintura 1:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos da linha de pintura 1.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 13.000 mil

- **Linhas de pintura 2:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos das linhas de pintura 2.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 3.000 mil

- **Linhas de pintura 3:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos das linhas de pintura 3.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 10.000 mil

- **Linhas de Cortes:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de máquinas e equipamentos das linhas de cortes.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 11.000 mil

- **Áreas de Apoio:** Refere-se a investimentos para segurança, automação, modernização e substituição de equipamentos de laboratório e demais áreas da planta.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 5.000 mil

- **Tecnologia e projetos:** Os investimentos tecnológicos estão divididos em infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e em Softwares e sistemas de gestão, tendo por objetivo acompanhar as novas tecnologias de TI, adquirir novos computadores e periféricos e aprimorar os sistemas de gestão da Companhia.

Investimento

- Previsto para os próximos exercícios = R\$ 1.500 mil

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Tradicionalmente, para seus investimentos e capital de giro, a Companhia utiliza recursos oriundos da sua geração própria de caixa. Entretanto, a Companhia poderá recorrer a fontes de financiamento externas, como, por exemplo, empréstimos e financiamentos junto a terceiros, para seus investimentos sempre que julgar que as condições são favoráveis para gerar valor aos seus acionistas.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há investimento que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva em curto prazo.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

- I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (II) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (III) Projetos em desenvolvimento já divulgados; (IV) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não houve pesquisas em andamento divulgadas.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está realizando estudo de diagnóstico das questões ASG, para analisar eventuais oportunidades em seu plano de negócio.

2.11) Comentar sobre outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável, haja vista que não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens.

V – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras



KPMG Auditores Independentes Ltda. Ed. Helbor

Corporate Tower

Av. São João, 2.405 – CJ.1101/1102

Jd. das Colinas

CEP 12242-000 - São José dos Campos/SP - Brasil

Caixa Postal 1668 - CEP 12230-970 - São José dos Campos/SP - Brasil Telefone +55

(12) 2138-5030

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Tekno

S.A. Indústria e Comércio

Guaratinguetá – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tekno S.A. Indústria e Comércio (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tekno S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis à auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil.

Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita da Companhia e suas subsidiárias

Veja as Notas 3.15 e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As receitas da Companhia e suas subsidiárias derivam de vendas para indústrias em geral e industrialização para terceiros. Para fins de reconhecimento de receita, a Companhia e suas subsidiárias mantêm controles internos em relação ao prazo de entrega de seus produtos para avaliar o momento em que a obrigação de performance é satisfeita. Devido à relevância das transações de vendas no contexto das demonstrações financeiras e a necessidade de controles auxiliares na determinação do momento em que o controle é transferido para a contraparte, principalmente, no final do exercício (corte da receita), consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a: (i) Obtenção de entendimento do fluxo de reconhecimento de receita; (ii) Avaliação dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita, incluindo relativo ao corte da receita; (iii) Analisamos, em base amostral, as notas fiscais de vendas e os respectivos comprovantes de entrega dos produtos aos clientes e corroboramos o prazo médio de entrega da Companhia e suas subsidiárias; (iv) Adicionalmente, consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos apropriado o reconhecimento da receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2025 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações

nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José dos Campos, 25 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC
2SP-028568/O-9 F SP

Catalina Satie Shikibu Contadora CRC
1SP218752/O-4

VI – Parecer do Conselho Fiscal (Reunião em 19 de março de 2026)

“Em atendimento às atribuições estatutárias e legais e na forma deliberada em reunião realizada nesta data, os membros do Conselho Fiscal da Tekno S/A Indústria e Comércio, infra-assinados, vêm emitir seu parecer: por unanimidade dos presentes, no sentido de serem aprovadas, pela Assembleia Geral, **a)** as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e **(b)** a proposta de destinação do lucro do exercício. No desempenho de suas funções, os Conselheiros encontraram os documentos em ordem, tendo em vista o que a respeito atesta o parecer da empresa de auditoria **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**”.

VII – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (Anexo A – Resolução CVM 81/22)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício foi **R\$30.017.755,86**.

Nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), do resultado do exercício devem ser deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Acrescenta o parágrafo único do mesmo dispositivo que o prejuízo do exercício deverá ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

A administração da Companhia informa que não existem prejuízos acumulados anteriores ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, de modo que o lucro líquido do exercício, nos termos do art. 191 da Lei das Sociedades por Ações, perfaz o montante de **R\$ 30.017.755,86**.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em 27 de outubro de 2025, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária o pagamento dos juros sobre o capital próprio declarados em 25 de março de 2025, no montante global de **R\$4.720.343,95** (quatro milhões, setecentos e vinte mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos), referente ao valor bruto, à razão de R\$3,46903265 por ação preferencial, correspondendo o valor líquido a **R\$4.014.551,62** (quatro milhões, quatorze mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), à razão de R\$ R\$2,94867775 por ação preferencial, os quais foram integralmente pagos em 28 de novembro de 2025.

Em 27 de outubro de 2025, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no montante de **R\$11.558.150,29** (onze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e cinquenta reais e vinte e nove centavos), oriundos da conta de Lucros acumulado, com base no balanço patrimonial da Companhia de 30 de junho de 2025, à razão de R\$ 2,33335964 por ação preferencial e à razão de R\$5,28203739 por ação ordinária, os quais foram integralmente pagos em 5 de novembro de 2025.

A proposta à Assembleia Geral Ordinária é de imputar o valor pago a título de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, aos dividendos mínimos obrigatórios.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante global distribuído é de aproximadamente 56,79% do lucro líquido ajustado do exercício menos reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Em 27 de outubro de 2025, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no montante de **R\$41.441.849,71** (onze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e cinquenta reais e vinte e nove centavos), com base nos saldos de “reserva de retenção de lucros”, “reserva de lucros a realizar” e, parcialmente, da “reserva

estatutária” constantes do balanço patrimonial da Companhia de 30 de junho de 2025, à razão de R\$14,05852131 por ação preferencial e ordinária, os quais foram integralmente pagos em 5 de novembro de 2025.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Não aplicável, considerando que não há distribuição de dividendos além daqueles já declarados e cujas informações constam do Item 6 abaixo.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Em 27 de outubro de 2025, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária o pagamento dos juros sobre o capital próprio declarados em 25 de março de 2025, no montante global de **R\$4.720.343,95** (quatro milhões, setecentos e vinte mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos), referente ao valor bruto, à razão de R\$3,46903265 por ação preferencial, correspondendo o valor líquido a **R\$4.014.551,62** (quatro milhões, quatorze mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), à razão de R\$2,94867775 por ação preferencial

Em 27 de outubro de 2025, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no montante de **R\$11.558.150,29** (onze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e cinquenta reais e vinte e nove centavos), oriundos da conta de Lucros acumulado, com base no balanço patrimonial da Companhia de 30 de junho de 2025, à razão de R\$2,33335964 por ação preferencial e à razão de R\$5,28203739 por ação ordinária.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os referidos juros sobre o capital próprio foram integralmente pagos em 28 de novembro de 2025. Os referidos dividendos intermediários foram integralmente pagos em 5 de novembro de 2025.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro líquido	2025	2024	2023	2022
ON	10,183	17,101	12,249	12,976
PN	10,183	17,101	12,249	12,976

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2024	2023	2022
Juros de Capital Próprio (bruto)			
ON	6,32952	3,86737	3,78814
PN	6,32952	3,86737	3,78814
Dividendos			
ON	0,67752	0,00000	0,50272
PN	0,67752	0,00000	0,50272

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

	2025	2024	2023
Lucro líquido do exercício	30.018	50.411	36.109
Efeito da realização do custo atribuído (deemed cost)	153	159	189
Lucro líquido ajustado	30.171	50.570	36.298
Reserva legal (5%) sobre lucro líquido ajustado	1.508	2.528	1.815

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Companhia adota como procedimento contábil a realização da depreciação do custo atribuído (*deemed cost*) registrado no resultado do exercício, transferindo todo seu montante para a conta de lucros/prejuízos acumulados, anulando o efeito incorrido no lucro líquido do exercício.

A Companhia adota ainda como política a inclusão da realização da depreciação do custo atribuído (*deemed cost*) à base de cálculo da reserva legal.

Portanto, a reserva legal é calculada em 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, depois da compensação dos prejuízos acumulados, acrescido da realização da depreciação do custo atribuído (*deemed cost*), que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

Em 2025, do Lucro líquido do exercício R\$30.017.775,86, acrescido o efeito da realização do custo atribuído (*deemed cost*) R\$ 153.309,52, obtém-se a Base de cálculo para reserva legal no montante de R\$ 30.171.085,38 e a Reserva legal (5%) no montante de R\$1.508.554,27.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme dispõe o artigo 33 do Estatuto Social, em seu parágrafo 3º: do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será destinada a importância necessária ao pagamento do dividendo assegurado aos acionistas preferenciais, na forma de Artigo 8, inciso "a" e ao pagamento dos dividendos não prioritários a todos os acionistas, ficando estabelecido que, no mínimo, 25% (Vinte e cinco por cento) do saldo de que trata este Parágrafo serão obrigatoriamente destinados à distribuição aos acionistas, como dividendo".

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não há montante retido.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não há montante destinado.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar**

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Após a deliberação acerca dos dividendos obrigatórios, a Assembleia Geral poderá destinar até 100% (cem por cento) do lucro líquido remanescente do exercício à Reserva Estatutária, que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia e terá por finalidade a preservação da sua liquidez, de modo que a Companhia possa suportar as

necessidades de investimento próprio e em suas respectivas sociedades coligadas, com o intuito de fortalecer e desenvolver os seus negócios e, ainda, manter o seu capital de giro.

b. Identificar o montante destinado a reserva

A proposta da Administração a ser analisada pela Assembleia Geral é para destinação de R\$12.384.036,87 para a Reserva Estatutária, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, oriunda dos lucros remanescentes do exercício.

c. Descrever como o montante foi calculado

	2025
Lucro líquido do exercício	30.017.775,86
(+) Realização do custo atribuído	153.309,52
Lucros acumulados	30.171.085,38
(-) Reserva legal	- 1.508.554,27
(-) Juros sobre capital próprio	- 4.720.343,95
(-) Dividendos intermediários	- 11.558.150,29
Constituição de reserva estatutária	12.384.036,87

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção para orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há montante destinado.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

VIII – Remuneração dos administradores

(Item 8 do Formulário de Referência)

I. A proposta de remuneração dos administradores

A Companhia propõe, para o exercício em curso, que a remuneração global dos Administradores seja fixada no montante de até **R\$1.107.000,00 (Um milhão e cento e sete reais)**, a ser distribuída entre os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria, incluído não apenas a remuneração mensal, como também remuneração variável, bônus, benefícios e outras condições acordadas para o exercício de suas respectivas funções. Neste montante não estão inclusos os encargos sociais.

II. As informações indicadas no item 8 do formulário de referência, que estão a seguir demonstradas

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de remuneração formalizada. Não obstante, o objetivo de sua prática de remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global da administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral de Acionistas, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

II. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia utiliza, como referência para a remuneração individual da diretoria, pesquisa de remuneração contratada junto a empresa especializada Carreira Muller Consultoria Empresarial Ltda, que comparam suas práticas com as de empresas de setor, porte e região semelhantes.

III. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia a adequação da remuneração do emissor anualmente, quando da fixação da remuneração individual da diretoria. Essa avaliação consiste em verificar se a prática adotada pela Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

c. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- *seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor*

A remuneração pela Companhia é composta pelos seguintes elementos:

- **Remuneração fixa anual:** corresponde ao salário ou pró-labore e aos benefícios diretos e indiretos.
- **Remuneração variável:** corresponde a participações nos resultados.
- **Benefícios diretos e indiretos:** compreende plano de assistência médica, seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, carro e plano de saúde.
- **Benefícios pós-emprego:** compreende os valores pagos a título do plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A., para os diretores e colaboradores. Trata-se de uma poupança incentivada na qual o colaborador aplica mensalmente até 4,5% do salário, levando a Companhia a contribuir com o mesmo valor.

A aplicação destes elementos ocorre de maneira diferenciada para cada órgão da administração da Companhia, conforme detalhados a seguir.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus ao salário ou pró-labore, o qual visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia, podendo receber remuneração variável.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter os profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia. Como parte da remuneração fixa, ainda, a Companhia concede aos membros da Diretoria Estatutária benefícios diretos e indiretos, conforme descritos acima.

Há também o pagamento, em forma de remuneração variável, de participação nos resultados da Companhia, cujo montante global será fixado pela Assembleia Geral. O objetivo da remuneração variável é recompensar pelos resultados da Companhia.

A Companhia também concede um benefício pós-emprego, mediante o pagamento dos valores dos planos de previdência privada cujos beneficiários são os membros de sua Diretoria Estatutária.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus ao salário ou pró-labore, o qual visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	79,15%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	16,66%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	2,20%	0,00%
Benefício pós-emprego	0,00%	1,99%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	72,26%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	12,66%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	13,32%	0,00%
Benefício pós-emprego	0,00%	1,76%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	100,00%	70,31%	100,00%
Benefícios direto e indireto	0,00%	12,42%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	15,57%	0,00%
Benefício pós-emprego	0,00%	1,70%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

- *sua metodologia de cálculo e de reajuste*

As remunerações, em regra, são reajustadas anualmente de acordo com e nas mesmas datas e percentuais dos aumentos salariais aplicáveis ou concedidos aos empregados da empresa, em razão do dissídio coletivo, observadas as condições do item 8.1, b, II, acima.

A remuneração variável é com base nos resultados obtidos pela Companhia e o montante global é fixado pela Assembleia Geral.

- *principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG*

Remuneração fixa: responsabilidades atribuídas ao cargo.

Remuneração variável: com base em resultados financeiros dos negócios da Companhia. Os indicadores apurados incluem: o lucro líquido, faturamento líquido e margem EBITDA.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa recompensar, atrair e reter os profissionais qualificados que agreguem valor aos resultados da Companhia e, no caso da Diretoria Estatutária, no que se refere à remuneração variável especificamente recompensar pelos resultados obtidos.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Há membros da administração que são colaboradores da controladora indireta e, portanto, não fazem jus à remuneração adicional pelo exercício de seus cargos na Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Há membros da administração com remuneração suportada pela controladora indireta da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de determinado evento societário específico.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Remuneração Total Projeção 2026				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	3,00	1,67	7,67
Nº de membros remunerados	1,00	1,00	1,67	3,67
Remuneração fixa anual	28.000	817.841	102.335	948.176
Salário ou pró-labore	28.000	521.953	102.335	652.288
Benefícios direto e indireto	-	295.888	-	295.888
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	-	135.203	-	135.203
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	135.203	-	135.203
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	23.621	-	23.621
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	28.000	976.665	102.335	1.107.000

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2025 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	3,00	5,00	14,33
Nº de membros remunerados	5,83	2,67	5,00	13,50
Remuneração fixa anual	920.352	2.127.234	332.590	3.380.176
Salário ou pró-labore	920.352	1.757.316	332.590	3.010.258
Benefícios direto e indireto	-	369.918	-	369.918
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	-	48.889	-	48.889
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	48.889	-	48.889
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	44.089	-	44.089
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	920.352	2.220.212	332.590	3.473.154

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	5,00	15,00
Remuneração fixa anual	1.042.126	2.218.069	313.935	3.574.130
Salário ou pró-labore	1.042.126	1.887.495	313.935	3.243.556
Benefícios direto e indireto	-	330.574	-	330.574
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável	-	348.046	-	348.046
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	348.046	-	348.046
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	46.063	-	46.063
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	1.042.126	2.612.178	313.935	3.968.239

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	5,00	15,00
Remuneração fixa anual	980.857	2.083.471	293.830	3.358.158
Salário ou pró-labore	980.857	1.770.587	293.830	3.045.274
Benefícios direto e indireto	-	312.884	-	312.884
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável	-	392.099	-	392.099
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	392.099	-	392.099
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	42.804	-	42.804
Cessação do Cargo	-	-	-	-
Baseada em Ações	-	-	-	-
Total da Remuneração	980.857	2.518.374	293.830	3.793.061

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável - Prevista para o exercício social corrente - 2026				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	3,00	1,67	7,67
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	135.203	-	135.203
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	135.203	-	135.203

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	3,00	5,00	14,33
Nº de membros remunerados	0,00	2,67	0,00	2,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.171.323	-	2.171.323
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	48.889	-	48.889
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	48.889	-	48.889

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.264.132	-	2.264.132
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	348.046	-	348.046
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	348.046	-	348.046

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	3,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.126.275	-	2.126.275
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	392.099	-	392.099
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	392.099	-	392.099

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

- 8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

- 8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

- 8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

- 8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

- 8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

- 8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

Não aplicável, haja vista que os administradores da Companhia não possuem valores mobiliários de sua emissão.

- 8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3
Nº de membros remunerados	0	2
Nome do plano	N/A	Bradesco Previdência
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não previsto
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	0	R\$ 376.204,46
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	0	R\$ 44.088,84
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Existe a possibilidade de resgate antecipado, permitindo a Companhia resgatar o mesmo valor.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Ano	Orgão	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2025	Conselho Administração	6,33	5,83	230.088	138.052	157.865
	Diretoria Estatutária	3,00	2,67	813.704	703.360	831.540
	Conselho Fiscal	5,00	5,00	66.518	66.518	66.518
2024	Conselho Administração	7,00	7,00	259.560	130.428	148.875
	Diretoria Estatutária	3,00	3,00	1.063.497	692.548	870.726
	Conselho Fiscal	5,00	5,00	62.787	62.787	62.787
2023	Conselho Administração	7,00	7,00	238.683	123.696	140.122
	Diretoria Estatutária	3,00	3,00	1.063.987	659.426	839.458
	Conselho Fiscal	5,00	5,00	58.766	58.766	58.766

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em

caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Exceto quanto ao plano de previdência privada oferecido a todos colaboradores com as mesmas regras para a Diretoria, não existe apólice de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	Previsão 2026	2025	2024	2023
Conselho Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%	68,32%	73,49%	73,82%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, considerando que nos três últimos exercícios sociais não houve e no exercício social corrente não há remuneração devida a membros da administração ou do conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, uma vez que não houve nos três últimos exercícios sociais, tampouco há para o exercício social corrente, valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevante.

IX – Eleição do Conselho de Administração

1.) Definição do Número de Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 21 do seu estatuto social, será constituído de 3 (três) membros.

2.) Eleição em Separado

Nos termos dos incisos I e II, do parágrafo 4º, do artigo 141, da Lei 6.404/76, a maioria dos titulares, respectivamente: (I) de ações de emissão da Companhia com direito a voto, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e (II) de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito de emissão da Companhia, que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, poderão, em votação em separado, da qual não participará o acionista controlador, eleger um membro do Conselho de Administração cada um.

Somente poderão exercer tais direitos os acionistas que possuírem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral Ordinária.

3.) Voto Múltiplo

O percentual mínimo do capital social votante necessário à requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), de acordo com o artigo 3º, da Resolução CVM nº 70/22, devendo ser referido procedimento requisitado em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral Ordinária.

Uma vez recebido o requerimento de voto múltiplo, a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará um “Aviso aos Acionistas” informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo.

As ações utilizadas pelos acionistas no processo de eleição em separado, não poderão ser utilizadas pelos acionistas na eleição pelo voto múltiplo.

4.) Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência

Em atendimento ao artigo 11 da Resolução CVM 81/22, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas nos subitens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme indicado no Anexo “C” da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, alterada pela Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021.

7.3 – Composição e experiência profissional da administração:

Nome	Benjamin Mario Baptista Filho	Paulo Henrique Wanick Mattos	Alexandre Kalil Hanna
Data de nascimento	19/12/1953	05/03/1968	17/07/1969
Profissão	Engenheiro metalúrgico	Contador	Engenheiro eletricitista
CPF ou Passaporte	405.906.317-72	885.347.907-87	760.117.636-34
Cargo Eletivo Ocupado	Conselho Administração	Conselho Administração	Conselho Administração
Data da Eleição	29/04/2026	29/04/2026	29/04/2026
Data da Posse	N/A	N/A	N/A
Prazo do mandato	3 anos	3 anos	3 anos
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim
Membro independente	Sim – Anexo K da Resolução CVM n° 80/2022	Não	Não
Data do primeiro mandato	03/11/2025	03/11/2025	03/11/2025

Experiência profissional/Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência

Benjamin Mario Baptista Filho

Formação:

Graduação – Engenharia Metalúrgica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;

Experiência Profissional:

Em 1983, ingressou na Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST);
Entre 1992 e 2009, ocupou o cargo de Vice-Presidente-Comercial de Ações Planos América do Sul;
Entre 2009 e 2021, foi CEO de Aços Planos América do Sul e Presidente da ArcelorMittal Brasil;
Em 2013, foi presidente da Associação Latino-Americana do Aço (Alacero); e
Entre 2014 e 2016, ocupou a posição de Presidente do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil.

Paulo Henrique Wanick Mattos

Formação:

Graduação – Administração e Ciências Contábeis pela Universidade Vila Velha;
Pós-graduação – Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV);
Mestrado – Administração de Empresas pela Ohio University (EUA); e
Programas Executivos - Kellogg (EUA), IMD (Suíça), Fundação Dom Cabral e PwC University.

Experiência Profissional:

Em 2002, ingressou na Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST);
Entre 2008 e a 2018, Gerente Geral de Controladoria, Riscos e Compliance;
Entre 2018 e 2023, foi Diretor de Finanças, Estratégia, Riscos e TI;
Desde 2023, é Diretor de Finanças de Aços Planos LATAM;
É Diretor Presidente da Fundação de Seguridade Social da ArcelorMittal Brasil (FUNSSEST);
Professor de Finanças e Controladoria na FUCAPE Business School e de Gestão de Riscos na FDV – Faculdade de Direito de Vitória;
Coordenador de MBA em Gestão Estratégica e Sustentável; e
Presidente do Conselho de Administração do IBEF-ES (Instituto brasileiro de Executivos de Finanças do Espírito Santo).

Alexandre Kalil Hanna**Formação:**

Graduação - Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
Especialização - Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); e
Programas Executivos - Business Marketing Strategy (Kellogg School of Business) e treinamentos estratégicos internos no Grupo ArcelorMittal.

Experiência Profissional:

Entre 2018 e 2021, foi Gerente Geral de Mercado e Planejamento Integrado;
Entre 2021 e 2023, foi Gerente Geral de Vendas Aços Planos LATAM;
Entre 2023 e 2025, foi Diretor de Vendas Indústria de Planos LATAM;
Desde abril de 2025, é Vice-Presidente Comercial de Aços Planos LATAM.

A Companhia não tem conhecimento da existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de condenações cíveis, criminais ou administrativas, transitadas em julgado, em nome dos candidatos acima. A Companhia declara ainda que obteve dos indicados acima a informação de que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento prevista em Lei.

7.4 - Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há comitês atualmente instalados na Companhia.

7.5 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**a. administradores do emissor**

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor, Administradores de controladas.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor ou de suas controladas e controladores.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor e administradores de sociedades controladoras.

7.6 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.